

DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DISCUTIDAS NA RevBEA: CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA ATIVA

Beatriz de Almeida Sparvolli¹

Higor de Paula Costa²

Karolina Nicacio Silva³

Vinícius Palácio Santos⁴

William Santos da Silva⁵

Resumo: O presente estudo destaca a importância da Educação Ambiental com foco na ecopedagogia para reduzir impactos, cultivar a cultura da sustentabilidade, mencionando o papel das Políticas Públicas de Educação como agente de transformação. Para tanto, foram comentados 10 artigos publicados da Revista Brasileira de Educação Ambiental que tratam de diretrizes pedagógicas presentes em políticas públicas nacionais como os PCN e a BNCC, destacando sua importância na formação dos professores, na abordagem interdisciplinar nos currículos, na relação entre capital na Amazônia e Educação Ambiental, e nos desafios do ensino da temática da sustentabilidade.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Ecopedagogia; PCN; BNCC; Abordagem interdisciplinar.

Abstract: This study highlights the importance of Environmental Education with a focus on ecopedagogy to reduce impacts and cultivate a culture of sustainability, mentioning the role of Public Education Policies as an agent of transformation. To this end, 10 articles published in the Brazilian Journal of Environmental Education were commented on, which deal with pedagogical guidelines present in national public policies such as the PCN and the BNCC, highlighting their importance in teacher training, in the interdisciplinary approach in curricula, in the relationship between capital in the Amazon and Environmental Education, and in the challenges of teaching the theme of sustainability.

Keywords: Environmental Education; Ecopedagogy; PCN; BNCC; Interdisciplinary Approach.

¹ Universidade Federal de São Paulo. E-mail: beatriz.sparvolli@unifesp.br

² Universidade Federal de São Paulo. E-mail: higor.paula@unifesp.br

³ Universidade Federal de São Paulo. E-mail: karolina.nicacio@unifesp.br

⁴ Universidade Federal de São Paulo. E-mail: vinicius.palacio@unifesp.br

⁵ Universidade Federal de São Paulo. E-mail: santos.william@unifesp.br

Introdução

A relação entre o ser humano e a natureza tem sido marcada por uma complexa teia de interações, muitas vezes desequilibrada e até mesmo catastrófica. À medida que nos aproximamos do século XXI, somos confrontados com as consequências de décadas de abusos aos recursos naturais, alimentados por uma mentalidade de consumo desenfreado e uma visão capitalista que colocava o lucro acima da preservação do meio ambiente.

A emergência de conceitos como "Desenvolvimento Sustentável" e "Sustentabilidade" reflete uma percepção crescente dos danos causados pelo modelo econômico dominante e a necessidade premente de repensar nossa relação com o planeta. No entanto, essa reconstrução não se limita apenas a uma mudança de paradigma; exige uma transformação profunda em nossa cultura, política e educação.

Nesse contexto, a Educação Ambiental surge como uma ferramenta para desconstruir os ideais consumistas arraigados na sociedade e promover uma consciência crítica sobre os desafios ambientais que enfrentamos. No entanto, essa tarefa não é simples. Requer uma abordagem multifacetada, que vá além do ensino tradicional e se estenda à esfera política, social e cultural.

À medida que avançamos para uma era de incertezas ambientais, torna-se cada vez mais urgente a formulação de estratégias eficazes para integrar a Educação Ambiental em todas as esferas da sociedade. Isso inclui não apenas o desenvolvimento de currículos escolares abrangentes, mas também o engajamento ativo de todos os agentes sociais na promoção de uma cultura de sustentabilidade.

As muitas desconstruções oriundas da catástrofe ambiental e a correlação entre o indivíduo e a natureza caracterizam-se por uma relação catastrófica. A conjectura inicial destes problemas tem-se como conjunto excessivo de abusos por parte dos recursos ambientais, algo que se adentrou demasiadamente no século XX.

A percepção de uma análise em contraponto às características nocivas capitalistas trouxe à tona alguns conceitos como "Desenvolvimento Sustentável" e "Sustentabilidade", onde a diferença de propósitos e visões foca-se no homem como ator social e cabal, que busca a resolução definitiva dos conflitos ambientais.

A destruição ambiental não era apenas um efeito colateral singelo, mas algo extremamente incentivado e alimentado. Algo que entre os séculos nunca se teve uma ideia equilíbrio ambiental, e a noção de um ápice entre o efeito humano na natureza e o quanto a natureza pode nos proporcionar era simplesmente desprezável por esta sociedade em transição feudal a uma sociedade com características capitais.

Diante disto, houve-se a categórica necessidade de iniciar-se uma reforma cultural, política, ambiental e social para a reformulação da ideia capitalista, sendo-se necessário uma educação que pudesse desconstruir as ideias de um recém advindo ideal consumista e uma busca pela satisfação material plena, para algo para a resolução de um problema que a humanidade havia formado. Mas para isso,

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 4: 269-282, 2024.

é de estrita forma necessário organizar e espalhar uma ideia de emergência, de necessidade, de forma para que em conjunto com todos os agentes socioculturais se altere as consequências deste problema que surge de maneira quantitativa, é de ligeira necessidade formar-se uma educação que altere os paradigmas anteriores para se expressar ideias que contrariam uma ideia de recursos naturais infinitos e a necessidade da plena satisfação humana, o qual se denomina por ser um desejo de extensão infinita.

A necessidade de uma formulação do aspecto ambiental nas universidades parte da ineficiência de estabelecer uma matéria de caráter transversal que se comunique com todas as outras para a formas de ensino para a construção de um campo científico abastado. A intenção é que todos os agentes sociais, mesmo aqueles que de forma inicial exercem resistência, com o avanço da emergência ambiental e do impacto global possam porventura se unir à formação de novos pensamentos. Faz-se necessário a construção formal do pensamento acadêmico e também da participação de grupos ativistas e sociais.

Apesar da ideia de se idealizar a Educação Ambiental como algo que se opera de uma única frente de pensamento consistente, ela é muitas vezes realizada de maneira dinâmica e simultânea por diversos conceitos e ações pensadas de maneira distintas. Isso forma que cada indivíduo busca aplicar a sua maneira de ver a Educação Ambiental, ao invés de ser algo visto em conjunto.

A necessidade de indagação e busca por uma nova fase epistemológica é algo demasiadamente necessário do ponto de vista educacional. As ideias epistemológicas pontuadas podem ser caracterizadas em três: Empírico-Analíticas; Crítico-Dialéticas e Fenomenológico-Hermenêutica. Estes pontos de vista norteiam os seres sociais à busca pela aproximação deste à visão da realidade que o cerca. Mas há uma necessidade primordial na concepção de que os métodos não sejam algo de maneira automática, de plena resposta. É preciso considerar que eles por si mesmos não nos respondem todas as considerações necessárias. Sendo necessário complementos e formulações exteriores a ele.

Uma conceitualização abrangente seria a análise de acordo com as macrotendências, as quais são: Conservadora; Crítica; e Pragmática. A visão conservadora se alia mais ao fato de que o ser humano é um ser considerado oposto à natureza, que não se avalia a capacidade de convivência humana e natural, basta-se pensar no ser humano como algo longe da ideia do ser humano na localização do lugar natural, e parte do ser humano com agente nocivo. À solução pragmática, por contrário, visualiza a natureza como um recurso a ser explorado, e parte muito mais por uma ideia do tão pontuado “Desenvolvimento Sustentável”. Importante salientar que é uma visão antropocêntrica, que coloca o ser humano numa categoria de ser superior, e coloca o resto como recursos à vida do homem. A última macrotendência se revela com uma ideia não somente de definição social, mas de transformação e crítica. Um conceito importante a se revelar é o conceito do cidadão eco político, conceituando uma formação de um cidadão com tendências a se colocar como transformador, e não somente como alguém que deveria ser um simples e mera ferramenta para uma boa disponibilização e orientação dos recursos naturais.

A ampliação das políticas públicas pedagógicas para a Educação Ambiental tem como objetivo realizar mais entre os meios dos grupos sociais a revelação da impactação humana na área ambiental, e como este problema não é algo a se relevar. Faz-se que os ideais e os formatos da lei tendem a compor o que se precisa fomentar, como uma análise sociológica das políticas públicas de governo. Aprumando-se de maneira direta, podemos tentar descrever que um dos pontos de debate da Educação Ambiental é o equilíbrio do convívio ecológico e social, como fator contínuo, algo que pode ser preservado e mantido, onde todos possam ter acesso a meio ambiente equilibrado e estável. Vê-se a sua instabilidade e as consequências desta na nova pandemia de Covid-19, onde o meio ambiente demonstra o começo de uma nova e incerta realidade. Estes vestígios podem ser considerados fatais ao convívio social se assim perpetrados, portanto, a Educação Ambiental não pode ser vista com um capricho educacional, e sim como algo de enérgica necessidade.

Educação Ambiental no âmbito escolar: ensino básico

No contexto da Educação Ambiental no âmbito escolar, é vital reconhecer sua amplitude e profundidade como um componente essencial não apenas do currículo, mas também do desenvolvimento humano e social. Ao abordar questões ambientais desde os primeiros anos de escolaridade, os alunos não apenas adquirem conhecimento sobre a importância da preservação do meio ambiente, mas também desenvolvem uma consciência crítica sobre os desafios que enfrentamos como sociedade.

A inclusão da Educação Ambiental no escolar reflete um compromisso com a formação integral dos estudantes, reconhecendo que a compreensão e o cuidado com o meio ambiente são fundamentais para o seu bem-estar e o futuro do planeta. Nesse sentido, as escolas não apenas cumprem com suas obrigações legais, mas também contribuem significativamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 17 objetivos interligados e 169 metas de ação global, para alcançar até o ano de 2030, que tratam dos principais desafios de desenvolvimento enfrentados pelas pessoas. Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ou ODS, estabelecidos pela ONU fornecem uma espécie de roteiro para orientar as práticas educacionais. Disponíveis no site oficial da ONU, o professor pode trabalhar em prol das ODS de forma mais precisa.

Além disso, a Educação Ambiental não se limita apenas ao conhecimento teórico, mas também promove ações práticas e engajamento ativo dos alunos na busca por soluções sustentáveis. Reconhecer o problema e ponderar sobre ele é de suma importância para o desenvolvimento crítico do discente. As aulas foram pensadas de modo com que possa incluir iniciativas por parte dos alunos. Campanhas de reciclagem, projetos de horta escolar, parcerias com organizações ambientais locais e participação em conferências e eventos sobre meio ambiente também podem ser apresentadas se possível, assim, a pauta permanecerá constantemente na vida dos estudantes.

Ao promover uma Educação Ambiental de qualidade, as escolas não apenas cumprem com sua responsabilidade legal, uma vez que a Lei nº 9795 estabelece diretrizes e tem, como principal objetivo, estimular a conscientização pública sobre o dever de proteger o meio ambiente por meio da educação, mas também desempenham um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes, responsáveis e comprometidos com a construção de um futuro sustentável para todos. Através do currículo e da implementação de planos de aula inovadores, as escolas têm a oportunidade de inspirar e capacitar as gerações futuras a enfrentar os desafios ambientais com criatividade, empatia e determinação.

Para orientar a implementação de uma ecopedagogia no âmbito escolar, alguns documentos de diretrizes foram fundamentais. Entre os quais se destacam, no Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Metodologia

Este estudo tem por objetivo fazer uma síntese comentada sobre os artigos que abordam as diretrizes pedagógicas que regem a Educação Ambiental no Brasil publicados na Revista Brasileira de Educação Ambiental.

As palavras-chave para a busca dos artigos foram: Ecopedagogia, BNCC, DCNEA e PCN. Após a triagem dos artigos encontrados, eles foram lidos e seus conteúdos comentados de forma sintética.

Resultados

Foram encontrados 10 artigos que se relacionam com as palavras-chave escolhidas, e que são comentados a seguir.

Ecopedagogia: sua relevância e prática

Este artigo aborda a Educação Ambiental com enfoque na ecopedagogia. Destaca a importância de rever os costumes sociais que exploram exageradamente a natureza e propõe uma nova forma de ensino que valorize o meio ambiente e estimule a conscientização sobre questões ambientais. O texto ressalta os problemas ambientais enfrentados em escala global e nacional, relacionando-os à relevância das práticas ecopedagógicas no dia a dia para diminuir os danos ao meio ambiente. Discute os perigos ambientais atuais, tais como o acúmulo exagerado de lixo, os incêndios nas florestas e o impacto da agricultura em larga escala nos ecossistemas. O texto ressalta a importância da educação para incentivar atitudes sustentáveis, conscientizar e estimular o pensamento crítico no enfrentamento eficaz dos problemas ambientais. Também é abordado o tema da Educação como instrumento de mudança pessoal e coletiva, com destaque para a visão de Paulo Freire de que a educação possui caráter político. É enfatizada a relevância da Educação Ambiental e da Ecopedagogia no incentivo a uma mentalidade de

sustentabilidade, consumo consciente e preservação do meio ambiente. O texto aborda a aplicação da Ecopedagogia no cenário educacional brasileiro, destacando a urgência de incorporar de forma mais ampla e eficaz os conceitos ambientais em todas as etapas de ensino. Analisa as metas ambientais presentes na Base Nacional Comum Curricular e destaca a importância de estimular o pensamento crítico e incentivar práticas sustentáveis entre os estudantes. Resumidamente, o texto defende a reformulação do programa educacional para que a Ecopedagogia seja colocada em destaque em todas as etapas da educação. Alega que a Ecopedagogia desempenha um papel fundamental na resolução dos desafios ambientais atuais e na promoção de um futuro mais sustentável por meio de ações informadas e conscientes. Enfatiza a necessidade de promover uma mentalidade de responsabilidade ambiental e sustentabilidade por meio da educação (Franco, 2023).

Onde está a Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? Análise de uma ausência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental

Educação Ambiental (EA) na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental é um tema de extrema importância. Na pesquisa realizada, foi feita uma análise cuidadosa do documento da BNCC com o objetivo de identificar a presença limitada ou até mesmo a ausência da Educação Ambiental nessas etapas educacionais propostas pela BNCC. Acredita-se que a Educação Ambiental desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e críticos desde os primeiros anos de vida escolar. A inclusão da EA na BNCC para a educação infantil enfoca especialmente aspectos relacionados à interação e ao cuidado no ambiente das crianças. No entanto, ao longo das diferentes versões da BNCC, observa-se uma diminuição gradual do uso do termo “Educação Ambiental”, sendo substituído por “Sustentabilidade”, com ênfase na responsabilidade individual em relação ao meio ambiente. O arquivo ressalta a importância de desenvolver competências e habilidades relacionadas à sustentabilidade e ao cuidado ambiental no contexto da Base Curricular Nacional Comum. A discussão aborda a mudança da Educação Ambiental para a abordagem na Sustentabilidade, assim como as alterações nas estruturas educacionais e a possível redução do espaço da EA nas políticas e práticas escolares. São abordados os desafios associados à implementação e promoção da EA nas escolas, enfatizando a importância de uma abordagem crítica e consciente na relação entre os indivíduos e o meio ambiente. A análise também destaca a interrupção e o enquadramento de instituições, políticas e iniciativas de apoio à Educação Ambiental, diminuindo uma tendência de negligência e redução nos últimos anos. De maneira geral, o artigo oferece uma visão sobre a evolução da Educação Ambiental no sistema educacional brasileiro, revelando mudanças, desafios e a necessidade de um foco renovador na sustentabilidade e na consciência ambiental nas práticas e políticas educacionais (Lima et al., 2023).

Desafios socioambientais e o papel da formação continuada de professores em Educação Ambiental

O quanto é essencial que os professores continuem aprendendo sobre Educação Ambiental para lidar com os desafios que afetam tanto a sociedade quanto o meio ambiente. A pesquisa analisa como a formação dos professores influencia as ações públicas em nível municipal relacionadas às questões ambientais. Através de métodos de pesquisa qualitativa, tais como questionários e entrevistas com professores e gestores de uma cidade em São Paulo, o estudo descobriu que os professores estão incorporando diferentes políticas em suas práticas de ensino, o que pode motivar a implementação de atividades educativas aprovadas com conforme diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O estudo ressalta a importância da colaboração entre as Secretarias Municipais de Educação e outras áreas, como a Secretaria do Meio Ambiente, para uma integração eficaz da Educação Ambiental no currículo. O artigo enfatiza o papel crucial dos professores na abordagem dos desafios socioambientais, o impacto da BNCC no conteúdo programático, a relevância dos materiais didáticos e o potencial das parcerias com as autoridades locais para aprimorar a Educação Ambiental. Ele apresenta os resultados de pesquisas e entrevistas com os professores, destacando a importância da formação contínua e da inclusão de temas ambientais no currículo. Além disso, a publicação realça os obstáculos enfrentados na implementação de políticas ambientais nas escolas e comunidades, a importância da formação dos professores e a necessidade de colaboração entre as instituições de ensino e as autoridades locais. São sugeridas estratégias para a integração da Educação Ambiental nas escolas, envolvendo os alunos em questões ambientais locais e promovendo a cooperação entre os professores e as autoridades municipais para práticas sustentáveis e engajamento comunitário (Moura; Bonzanini, 2024).

A Educação Ambiental e os documentos oficiais da Educação Básica: uma abordagem interdisciplinar à luz da BNCC

A Educação Ambiental (EA) no contexto do ensino fundamental é um tema relevante, porém é notável a ausência de uma abordagem clara e explícita da EA em documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil. Apesar da expectativa de que a EA seja parte integrante do currículo de formação contínua, abrangente e interdisciplinar, sua presença na BNCC ainda não está devidamente estabelecida. O texto ressalta a importância de uma abordagem mais abrangente e integrada da Educação Ambiental no sistema educacional para lidar de forma eficaz com as questões ambientais. O estudo analisa o contexto histórico das questões ambientais em escala global, a relevância de abordar essas questões por meio da educação e a evolução das políticas educacionais relacionadas à Educação Ambiental no Brasil. Ele explora o papel de documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na moldagem do cenário educacional em relação à Educação Ambiental. Além disso, é destacada a

importância de uma abordagem democrática e participativa no desenvolvimento de estratégias educacionais nas escolas, com ênfase na diversidade cultural, na equidade e na busca por uma educação de qualidade para todos os alunos. O ensaio ressalta a necessidade de colaboração interdisciplinar entre diferentes áreas de conhecimento e a integração da Educação Ambiental como um tema transversal e holístico no currículo, promovendo o pensamento crítico, a consciência e a cidadania responsável entre os estudantes. Essa abordagem interdisciplinar busca promover uma compreensão mais ampla e integrada das questões ambientais e de seu impacto na sociedade. Além disso, o artigo enfatiza a importância da autonomia das instituições no desenvolvimento de projetos educativos, no envolvimento da comunidade escolar em processos colaborativos de tomada de decisão e promoção de uma cultura de respeito, inclusão e diversidade. Ele ressalta o papel do Projeto Político Pedagógico (PPP) como uma ferramenta para estabelecer uma identidade educacional institucional e promover um ambiente educacional democrático e participativo, que aborde as desigualdades sociais, a diversidade cultural e promova o pensamento crítico e a cidadania ativa entre os alunos. Em síntese, o documento defende uma abordagem mais inclusiva, colaborativa e interdisciplinar da Educação Ambiental no contexto educacional, com o objetivo de desenvolver um senso de responsabilidade ambiental, pensamento crítico e engajamento social entre os alunos, envolvendo um futuro sustentável (Pessoa et al., 2022).

A exploração do capital na Amazônia e a abordagem da Educação Ambiental nos documentos curriculares nacionais

Neste estudo, os autores buscam entender como a exploração do capital na região amazônica impacta o meio ambiente e como a Educação Ambiental é abordada nos documentos curriculares nacionais. Eles analisaram as consequências das políticas de desenvolvimento econômico na região, com destaque para a Educação Ambiental. Observar atentamente as formulações curriculares, os avanços e retrocessos nos debates, além da necessidade de uma organização efetiva do trabalho pedagógico para o ensino desses temas, especialmente diante das mudanças representadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A pesquisa investiga o histórico da região amazônica, incluindo os projetos de desenvolvimento econômico implementados ao longo do tempo e seu impacto no meio ambiente e nas comunidades locais. Os autores acompanham a evolução das políticas e ações, como distribuição de terras, projetos industriais, programas de desenvolvimento rural e iniciativas de conservação, desde os anos 1960 até os dias atuais. Destacam as consequências dessas iniciativas, como desmatamento, mineração e conflitos entre diferentes grupos populacionais. Além disso, o documento aborda o contexto global das crises ambientais e o papel das organizações internacionais na promoção da Educação Ambiental. Destaca a importância da educação na conscientização sobre a exploração de recursos e questões ambientais. Os autores analisam a forma crítica a inclusão da Educação Ambiental nos documentos curriculares nacionais, especialmente o impacto da BNCC na definição das prioridades educacionais. Para concluir, ressalta-se a necessidade de uma abordagem mais abrangente da Educação Ambiental no

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 4: 269-282, 2024.

currículo, que não apenas aborda os problemas superficiais, mas também promove o pensamento crítico dos alunos sobre as causas profundas da gestão ambiental. Os autores criticam a BNCC por priorizar competências em detrimento de uma compreensão mais holística das questões ambientais, defendendo um currículo que integre desafios socioambientais com resultados de aprendizagem significativos (Silva et al., 2022).

Educação Ambiental no âmbito escolar: análise do processo de elaboração e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

No processo de formulação e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil, é fundamental considerar as implicações para a Educação Ambiental na educação formal. Olhando para a história da Educação Ambiental no Brasil desde a promulgação da Constituição de 1988, podemos perceber o papel significativo das Diretrizes Nacionais, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e da nova proposta da BNCC apresentada pelo governo federal. Ao analisarmos de perto a forma como a Educação Ambiental está inserida nas políticas de educação formal e as mudanças realizadas em relação aos documentos anteriores, como os PCNs, podemos notar a importância de uma abordagem cuidadosa e abrangente. A metodologia adotada, que inclui análise documental, participação em debates da BNCC e uma abordagem qualitativa de pesquisa, permite uma compreensão mais profunda e contextualizada do tema. É crucial revisar a evolução da regulamentação da Educação Ambiental no Brasil, destacando a necessidade de sua incorporação no currículo desde os primeiros anos de escolaridade e examinando como ela foi tratada nos documentos curriculares anteriores. As críticas à BNCC, em particular a ausência de uma inclusão explícita da Educação Ambiental e de outros temas transversais, merecem atenção e reflexão. Recomenda-se uma abordagem mais ampla e inclusiva das questões ambientais na educação, juntamente com a promoção da transparência no processo de elaboração da BNCC. É essencial considerar a importância da Educação Ambiental no cenário educacional nacional e garantir que ela receba atenção e destaque nas orientações curriculares. Em suma, o documento levanta questões legítimas sobre a falta de ênfase dada à Educação Ambiental na BNCC, contrastando com a relevância do tema no contexto educacional do país. Destaca-se a necessidade de uma abordagem mais integrada e explícita da Educação Ambiental para promover um sistema educacional holístico e sustentável, capaz de preparar os estudantes para os desafios do mundo contemporâneo (Oliveira; Neiman, 2020).

A Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular: os retrocessos no âmbito educacional

O tema da Educação Ambiental (EA) no contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil é baseado com um olhar mais humano e sensível. O estudo observa como os temas ambientais foram incorporados na última versão da BNCC, mas também critica a abordagem simplista e limitada do documento em

relação ao conteúdo ambiental crítico. É ressaltada a importância da Educação Ambiental na construção de uma sociedade mais sustentável e responsável, onde os cidadãos sejam conscientes e engajados. O texto destaca a necessidade de uma abordagem mais ampla e reflexiva da Educação Ambiental no currículo escolar, evoluindo o desenvolvimento dos alunos como cidadãos atentos e participativos. São considerados os marcos legais e as políticas relacionadas à Educação Ambiental no Brasil, como a Política Nacional de Educação Ambiental, e a importância de integrar a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. Além disso, são envolvidos os desafios enfrentados pelos educadores ao tentar incorporar a Educação Ambiental em suas práticas pedagógicas, ressaltando a importância da formação contínua dos professores e da abordagem interdisciplinar das questões ambientais. O estudo levanta preocupações sobre a falta de inclusão e aprofundamento explícitos da Educação Ambiental na BNCC, apontando um retrocesso nas políticas educacionais relacionadas a esse tema. Em suma, o artigo ressalta a necessidade de uma abordagem mais abrangente, crítica e integrada da Educação Ambiental no sistema educacional brasileiro, destacando a importância de um currículo que promova a sustentabilidade, o pensamento crítico e a cidadania ativa entre os alunos (Oliveira et al., 2021).

Educação Ambiental: análise comparativa dos projetos pedagógicos dos cursos do Ensino Médio do Instituto Federal de Minas Gerais considerando as diretrizes educacionais

A forma como a Educação Ambiental está presente nos Cursos Técnicos oferecidos pelo Instituto Federal de Minas Gerais é investigada por meio de análise documental. Esta análise busca entender a conexão entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as leis vigentes e os Projetos Pedagógicos dos cursos. Os resultados apontam para uma falta de abordagem de temas relacionados à Educação Ambiental em disciplinas como Matemática, História, Português, Física e Filosofia. Dessa forma, destaca-se a importância de uma maior integração interdisciplinar da Educação Ambiental no currículo. O texto ressalta a relevância da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, conforme preconizado pelas políticas nacionais. Além disso, discute o papel dos Institutos Federais de Educação na oferta de ensino técnico, enfatizando a importância da sustentabilidade e da consciência ambiental no currículo. A análise comparativa entre os conteúdos de disciplinas como Matemática, Biologia, Geografia e História, em relação à Educação Ambiental, busca alinhar-se com as políticas e diretrizes educacionais nacionais. O objetivo desse estudo é aprimorar a integração da Educação Ambiental no currículo, fomentando o pensamento crítico, a tomada de decisões éticas e as práticas de sustentabilidade entre os estudantes (Lutkenhaus, et al., 2022).

Revisão analítica dos desafios da Educação Ambiental no âmbito escolar em documentos oficiais e artigos relacionados

Os desafios da Educação Ambiental (EA) no contexto escolar são envolvidos com base em documentos oficiais e artigos especializados. O texto ressalta a importância da EA como um agente de transformação e destaca a necessidade de superar obstáculos na prática da EA por meio da utilização de abordagens teórico-metodológicas que incentivam a interdisciplinaridade, o pensamento crítico, a reflexão, a participação, a transversalidade e a emancipação. Além disso, destaca-se a relevância de integrar a EA como um tema integrado ao currículo educacional. O documento também faz menção a marcos históricos e legislativos importantes no campo da EA, como conferências internacionais e políticas e leis nacionais que enfatizam a importância da Educação Ambiental. É ressaltada a importância dos educadores que possuem uma compreensão ampla das questões ambientais e envolvem os alunos no desenvolvimento do pensamento crítico e na tomada de ações em prol da sustentabilidade. Os desafios na implementação da EA nas instituições de ensino incluem o debate sobre se a EA deve ser abordado como uma disciplina específica ou como um tema transversal ao currículo, bem como a necessidade de métodos eficazes e capacitação dos professores para abordar as questões ambientais de maneira abrangente. O texto também discute o papel de documentos oficiais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (PCNs), as Diretrizes Nacionais de Educação (DCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na orientação das práticas de EA nas escolas. Em suma, o artigo ressalta a importância de integrar a EA nos currículos escolares, desenvolvendo o pensamento crítico e atitudes proativas em relação às questões ambientais, e contribuindo para a construção de uma sociedade sustentável e socialmente justa por meio da educação. Ele defende uma abordagem abrangente da EA que vá além das metodologias tradicionais de ensino e que promova nos alunos um senso de responsabilidade e respeito pelo meio ambiente (Carvalho; Oliveira, 2021)

O ensino da Educação Ambiental: desafios e perspectivas

As perspectivas no ensino da Educação Ambiental são abordadas, destacando as dificuldades enfrentadas nesse campo, como a escassez de formação de professores, recursos educacionais limitados e resistência às questões ambientais. É ressaltada a importância da compreensão dos conceitos, do contexto histórico e da necessidade de práticas pedagógicas inovadoras para aprimorar a qualidade do ensino. O texto também enfatiza o papel dos educadores na promoção da consciência ambiental entre os alunos e a importância de integrar a Educação Ambiental no currículo. A história e a evolução da Educação Ambiental no Brasil são apresentadas, incluindo a implementação de políticas e diretrizes para fortalecer a Educação Ambiental no sistema nacional de ensino. O artigo abordou as principais conferências internacionais que influenciaram o desenvolvimento da Educação Ambiental, destacando a relevância de abordagens interdisciplinares e do engajamento comunitário. Além disso, a integração da tecnologia na educação é ressaltada como um fator crucial para aprimorar as práticas de ensino e envolver os alunos de maneira eficaz, especialmente na era digital. O texto ressalta a

importância de os educadores se adaptarem aos avanços tecnológicos e incorporarem ferramentas digitais para facilitar a aprendizagem e promover a consciência ambiental entre os alunos. Concluindo, o artigo defende uma abordagem mais humanizada da Educação Ambiental, destacando a importância do contexto local, do ensino interdisciplinar e do uso da tecnologia para promover uma compreensão mais profunda das questões ambientais e das práticas sustentáveis entre os alunos (Rodrigues; Andreoli, 2016).

Conclusão

As múltiplas desconstruções decorrentes da crise ambiental e a relação entre o indivíduo e a natureza caracterizam-se por uma interação catastrófica. A percepção crítica das características nocivas do sistema capitalista trouxe à tona conceitos como "Desenvolvimento Sustentável" e "Sustentabilidade", destacando o ser humano como agente social na resolução dos conflitos ambientais. Surge a necessidade de uma reforma cultural, política, ambiental e social para promover uma consciência ambiental.

O desmonte das políticas públicas de Educação Ambiental reflete, atualmente, uma preocupação crescente, destacando a importância de resistir às tentativas de enfraquecer os avanços conquistados. Contudo, há uma distinção entre o desenvolvimento social e a sustentabilidade em diversos aspectos. Ao examinar de perto os temas abordados no ensino básico durante as atividades de Educação Ambiental, percebe-se uma integração entre desenvolvimento e sustentabilidade, sugerindo pouca mudança em relação à consciência ambiental das futuras gerações.

A ausência de investimento e políticas públicas também limita a realização de projetos mais abrangentes, que poderiam envolver os alunos e promover uma geração mais consciente do seu ambiente. A responsabilidade então é deixada nas mãos dos docentes, dessa forma, cabe-se ao professor manipular aulas que possibilitem a criação da consciência ambiental para futuras gerações. O dever é muito grande para apenas um setor social lidar e construir, nota-se, conforme os planos de aula que os assuntos apresentados são compatíveis com a idade e maturidade dos alunos, entretanto, as questões ambientais não devem parar na escola. Segundo a lei, os cursos superiores também têm obrigação de dispor de uma disciplina com caráter ambiental. No entanto, para que as metas da ONU sejam alcançadas, é necessário de um esforço social maior, onde a conscientização sobre as decisões ambientais tomadas seja frequentemente presente na vida dos cidadãos.

A Educação Ambiental, em parceria com a ecopedagogia, desempenha um papel crucial na transformação da sociedade em direção a práticas mais saudáveis e conscientes. A inclusão da Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular, juntamente com o desenvolvimento contínuo dos professores, a abordagem interdisciplinar nos currículos escolares e a reflexão sobre a relação entre capital e meio ambiente, são passos essenciais para promover uma educação que incentive a sustentabilidade, o pensamento crítico e cidadania ativa. Portanto, torna-se imperativo que a Educação Ambiental seja tratada de forma ampla e

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 4: 269-282, 2024.

integrada, planejando cultivar nos alunos um profundo senso de responsabilidade e respeito pelo meio ambiente, garantindo assim um futuro mais equilibrado e harmonioso para as próximas gerações..

A Educação Ambiental, focada na ecopedagogia, é essencial para promover uma nova abordagem educacional que valorize e preserve o meio ambiente. É crucial integrar a Educação Ambiental de forma abrangente nos currículos escolares, desenvolvendo um senso de responsabilidade e respeito pelo meio ambiente entre os estudantes. Essa abordagem busca fomentar a sustentabilidade, o pensamento crítico e a cidadania ativa, formando os alunos para os desafios do mundo contemporâneo.

Referências

CARVALHO, Maria Betânia da Silva; OLIVEIRA, Vilma Bragas de. Revisão analítica dos desafios da Educação Ambiental no âmbito escolar em documentos oficiais e artigos relacionados. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 16, n. 6, p. 448–465, 2021.

FRANCO, Leonardo Zaklikevis. Ecopedagogia: sua relevância e prática. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 18, n. 6, p. 302–310, 2023.

LIMA, Wanessa Raquel Xavier Ribeiro; CLARO, Lisiane Costa; PEREIRA, Roberta Avila. Onde está a Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? Análise de uma ausência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 18, n. 6, p. 373–392, 2023.

LUTKENHAUS, Paulo Henrique Marques; PESSOA, Gustavo Pereira; PEIXOTO, Marco Aurélio Nicolato. Educação Ambiental: análise comparativa dos projetos pedagógicos dos cursos do ensino médio do Instituto Federal de Minas Gerais considerando as diretrizes educacionais. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 2, p. 329–348, 2022.

MOURA, Wilson Antonio Lopes de; BONZANINI, Taitiâny Kárita. Desafios socioambientais e o papel da formação continuada de professores em Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 19, n. 1, p. 426–436, 2024.

OLIVEIRA, Adelson Dias de; SILVA, Alessandra Porto da; MENEZES, Alexandre Junior de Souza; CAMACAM, Luciana Pereira; OLIVEIRA, Roseli Ramos de. A Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular: os retrocessos no âmbito educacional. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 16, n. 5, p. 328–341, 2021.

OLIVEIRA, Lucas de; NEIMAN, Zysman. Educação Ambiental no Âmbito Escolar: Análise do Processo de Elaboração e Aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, n. 3, p. 36–52, 2020.

PESSOA, Luciana Cláudia Teixeira; SILVA, Mauro Márcio Tavares da; AZEVEDO, Ana D'Arc Martins de. A Educação Ambiental e os documentos oficiais da educação básica: uma abordagem interdisciplinar à luz da BNCC. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 4, p. 425–445, 2022.

RODRIGUES, Daniela Gureski; ANDREOLI, Vanessa Marion. Desafios e perspectivas das ações educativo-ambientais na educação infantil. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 11, n. 4, p. 130–148, 2016.

SILVA, Elizandra Garcia da; SILVA, Tatiane Garcia da; MELO, Marcelo Paula de; RAMIRO, Caio Henrique Lopes; MOURÃO, Arinda Rachel Botelho. A exploração do capital na Amazônia e a abordagem da Educação Ambiental nos documentos curriculares nacionais. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v.. 17, n. 2, p. 25–44, 2022.